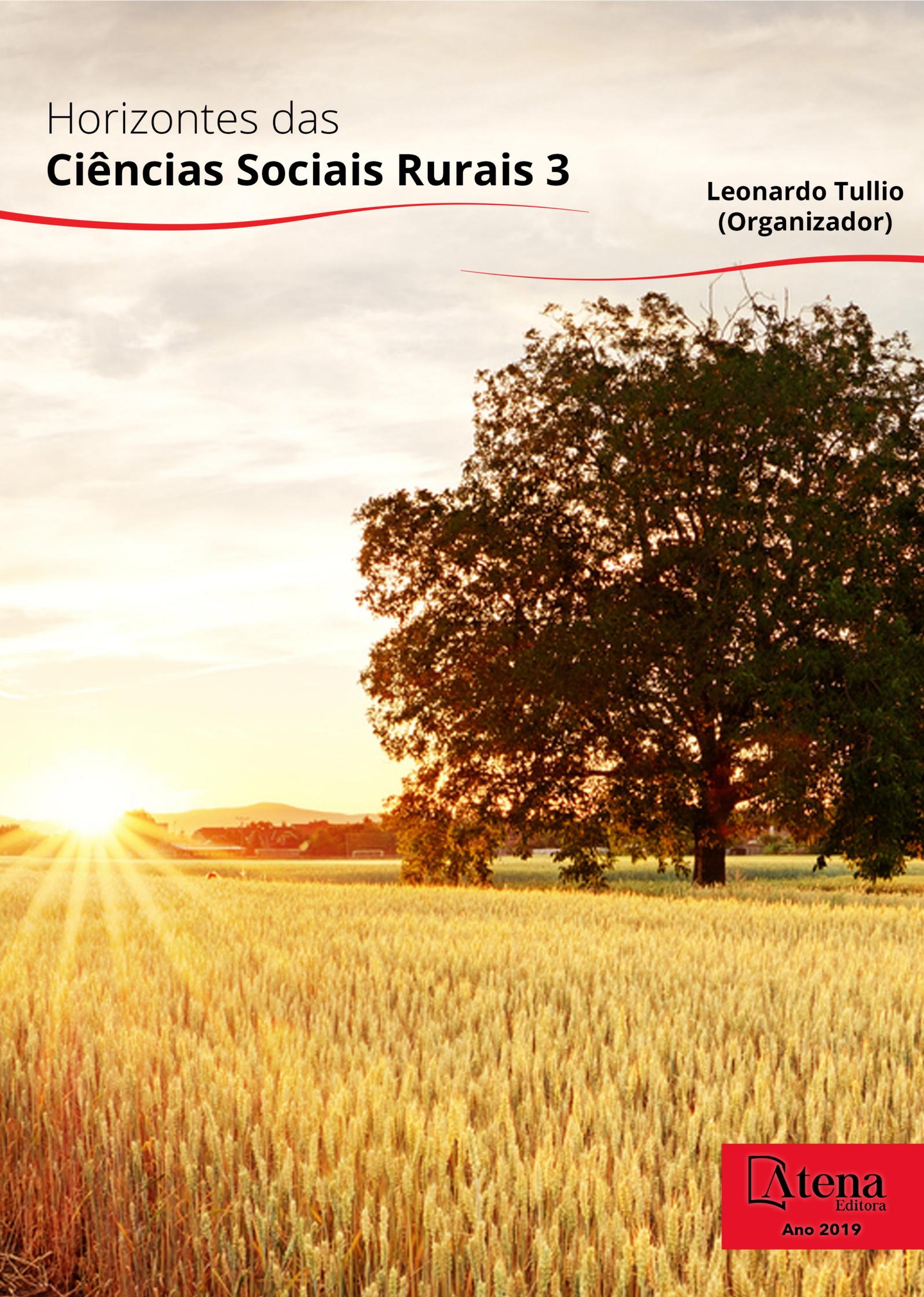


Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 3**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**



Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-132-9

DOI 10.22533/at.ed.329191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste III volume, apresentamos as aplicações práticas das técnicas de extensão rural, trabalhos aplicados a resolução de problemas reais e que propõem estratégias para o sucesso no empreendimento.

Tratar sobre o agronegócio envolve vários setores, a complexidade deve ser entendida para estabelecer relações e resoluções de problemas. Os horizontes da ciência social rural são inúmeros e que juntos formam a cadeia do agronegócio, que gera oportunidade de trabalho e renda para milhares de pessoas. Discutir sobre esses horizontes, analisar e propor alternativas é o futuro sendo traçado, pois a complexidade e o avanço tecnológico que estamos passando exige conhecimento técnico avançado.

Assim, contribuimos com esse avanço quando desenvolvemos pesquisas e publicamos para que outras pessoas possam discutir e validar a proposta, sendo a disseminação de resultados a chave para a complexidade do conhecimento.

Por fim, aproveito e desejo boas leituras e olhar crítico sobre os temas a presentados neste volume, construa seu conhecimento pouco a pouco.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DO CLUSTER VINÍCOLA DA FRONTEIRA OESTE/RS ATRAVÉS DO MODELO TEÓRICO ZACCARELLI ET AL (2008)	
<i>Matheus de Mello Barcellos</i>	
<i>Katiane Rossi Haselein Knoll</i>	
<i>Paulo Cassanego Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918021	
CAPÍTULO 2	17
ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS EXPORTADORES DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	
<i>Mygre Lopes da Silva</i>	
<i>Rodrigo Abbade da Silva</i>	
<i>Bruno Pereira Conte</i>	
<i>Nadine Gerhardt Lermen</i>	
<i>Daniel Arruda Coronel</i>	
<i>Reisoli Bender Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918022	
CAPÍTULO 3	31
O COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E VENEZUELA DE 1998-2013	
<i>Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues</i>	
<i>Ariana Cericatto da Silva</i>	
<i>Priscila Marçal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918023	
CAPÍTULO 4	47
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA DE LEITE E DERIVADOS DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ-AC	
<i>Emerson Luiz Curvêlo Machado</i>	
<i>Raimundo Claudio Gomes Maciel</i>	
<i>Pedro Gilberto Cavalcante Filho</i>	
<i>Reginaldo Silva Mariano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918024	
CAPÍTULO 5	65
ESTIMATIVA DAS EMISÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DA PECUÁRIA LEITERIA DA REGIÃO DO CONDEPRO/RS	
<i>Thelmo Vergara de Almeida Martins-Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918025	
CAPÍTULO 6	83
ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ	
<i>Uellington Corrêa</i>	
<i>Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro</i>	
<i>Érik Campos Dominik</i>	
<i>Gideon Carvalho de Benedicto</i>	
<i>Bryan William Alvarenga Corrêa</i>	
<i>Israel Marques da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3291918026	

CAPÍTULO 7 101

ESTUDO DOS CUSTOS E RECEITAS DE LABORATÓRIOS DE PRODUÇÃO E PRÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Gideon Carvalho de Benedicto
Francisval de Melo Carvalho
Renato Silvério Campos
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.3291918027

CAPÍTULO 8 113

ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE LEITEIRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – CAMPUS BAMBUÍ

Uellington Corrêa
Marcos Aurélio Lopes
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Gideon Carvalho de Benedicto
Israel Marques da Silva
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.3291918028

CAPÍTULO 9 130

ANÁLISE DE CAUSALIDADE DE PREÇOS NO MERCADO INTERNACIONAL DA SOJA: O CASO DO BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS

Bruna Márcia Machado Moraes
Reisoli Bender Filho
Kelmara Mendes Vieira
Paulo Sérgio Ceretta

DOI 10.22533/at.ed.3291918029

CAPÍTULO 10 145

A INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA *IN NATURA*

Bruna Márcia Machado Moraes
Reisoli Bender Filho
Daniel Arruda Coronel

DOI 10.22533/at.ed.32919180210

CAPÍTULO 11 161

ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O IMPACTO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA REGIÃO DE PARANAÍ – PR

Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera
Ednaldo Michellon
Alexandre Florindo Alves

DOI 10.22533/at.ed.32919180211

CAPÍTULO 12 178

ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇOS DA CARNE DE FRANGO NO MERCADO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Francisval de Melo Carvalho
Gideon Carvalho de Benedicto
Euler de Assis Corrêa
Bryan William Alvarenga Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.32919180212

CAPÍTULO 13 192

CAUSALIDADE E ELASTICIDADE DE TRANSMISSÃO DE PREÇO DE SUÍNOS EM TERMINAÇÃO ENTRE MERCADOS BRASILEIROS

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
José Willer do Prado
Bryan William Alvarenga Corrêa
Euler de Assis Corrêa
Gideon Carvalho de Benedicto

DOI 10.22533/at.ed.32919180213

CAPÍTULO 14 209

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ NA VISÃO DOS PRODUTORES NO TERRITÓRIO RURAL PLANÍCIE LITORÂNEA

Maria de Jesus Gomes de Lima
José Newton Pires Reis
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Edvania Gomes de Assis
Francisco Pereira da Silva Filho
James José de Brito Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32919180214

CAPÍTULO 15 226

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO NO BRASIL: 2013 A 2016

Lidiane Kasper
Dionéia Dalcin
Carlos Thomé
Juliana Strieder Kern

DOI 10.22533/at.ed.32919180215

CAPÍTULO 16 242

SAZONALIDADE DOS PREÇOS: UMA ANÁLISE DA BANANA DE SEQUEIRO, DA CANA DE AÇÚCAR E DO MILHO NAS MICRORREGIÕES DO CEARÁ

Gerlânia Maria Rocha Sousa
Meire Eugênia Duarte
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Fábio Lúcio Rodrigues
Railson Alexandrino dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32919180216

CAPÍTULO 17	259
ANÁLISE DE GÊNERO E AUTONOMIA FINANCEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ENFOQUE NO PROGRAMA “GÊNERO E GERAÇÃO”	
<i>Renata Borges Kempf</i>	
<i>Simão Ternoski</i>	
<i>Josiane Caldas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180217	
CAPÍTULO 18	277
A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO NOROESTE DE MINAS: AVALIAÇÃO DO PROINF ENTRE 2003 E 2012	
<i>Clesio Marcelino de Jesus</i>	
<i>José Flores Fernandes Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180218	
CAPÍTULO 19	298
CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EXTRATIVO DA CARNAÚBA À LUZ DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DOS ANOS DE 2013 A 2017	
<i>José Natanael Fontenele de Carvalho</i>	
<i>Jaíra Maria Alcobaça Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.32919180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	314

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA DE LEITE E DERIVADOS DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ-AC

Emerson Luiz Curvêlo Machado

Economista, Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Acre (UFAC), Pesquisadora do Projeto ASPF – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA).

E-mail: emerson.curvelo@hotmail.com

Raimundo Claudio Gomes Maciel

Economista, Doutor em Economia Aplicada (IE/UNICAMP), Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Acre (UFAC), Coordenador do Projeto ASPF - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA).

E-mail: rcgmaciel@ufac.br

Pedro Gilberto Cavalcante Filho

Economista pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola (NEA/UNICAMP) e Projeto ASPF – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA/UFAC).

E-mail: pedro.gilberto@hotmail.com

Reginaldo Silva Mariano

Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Acre (UFAC), Pesquisadora do Projeto ASPF – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA).

E-mail: rsmariano40@gmail.com

RESUMO: O processo de modernização da agricultura no Brasil se intensificou a partir da década de 1960, enfatizando a agricultura patronal. A agricultura familiar era vista como uma atividade sem eficiência econômica, assim, não foi dada a devida atenção a esse setor. Somente na década de 1990, com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Produção Familiar), que a produção familiar rural passou a receber apoio exclusivo para um desenvolvimento efetivo, porém, ainda enfrenta dificuldades produtivas que garantem a geração de renda e sua reprodução social. O objetivo deste estudo é avaliar a viabilidade agroindústria de leite e derivados no município de Feijó-AC, no período 2006-2010. A metodologia de trabalho utiliza indicadores para avaliar a geração de renda, produtividade, utilização de crédito rural e de eficiência econômica dos produtores da região. Os resultados mostram que a produção familiar rural em Feijó-AC possui uma renda baixa e ineficiência econômica, apesar da comercialização ser constante no município.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Agroindústria. Viabilidade Econômica.

ABSTRACT: The agricultural modernization process in Brazil intensified from the 1960s, emphasizing the commercial farmers. Family farming was seen as an activity without economic efficiency, as well, was not given

due attention to this sector. Only in the 1990s, with the creation of PRONAF (National Program to Support Family Production), the rural family production began to receive exclusive support for effective development, however, still faces difficulties ensuring productive income generation and its social reproduction. The objective of this study is to evaluate the agribusiness feasibility of dairy products in the municipality of Feijó-AC, in 2006-2010. The methodology uses indicators to assess the generation of income, productivity, utilization of rural credit and economic efficiency of local producers. The results show that the rural family production in Feijó-AC has a low income and economic inefficiency, despite the marketing be constant in the city.

KEYWORDS: Rural development. Agroindustry. Economic evaluation.

1 | INTRODUÇÃO

Com a decadência da produção da borracha na Amazônia, em particular o estado do Acre, os governos federal e estadual iniciaram programas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural dos estados da região amazônica. Políticas que viriam a ser uma nova visão econômica e social da região.

O desenvolvimento rural traria novas alternativas nas formas de produção das pequenas unidades transformadoras de matérias-primas oriundas da agricultura e da pecuária, chamadas de agroindústria. Desse modo, a região em estudo apresenta uma diversidade de fatores que contribui para o desenvolvimento da produção de gado leiteiro, oferecendo uma grande quantidade de terras ociosa com preços bem mais baixos, clima bastante favorável, dentre outros fatores que contribuem para o crescimento da pecuária.

O crescimento da criação de gado no estado destinada tanto para o corte como para a produção de leite vem no decorrer dos anos ampliando sua capacidade de geração de emprego e renda. A pecuária leiteira surge no estado como um novo aspecto de desenvolvimento econômico e social da população.

Diante do crescimento do setor pecuarista surge à implantação de agroindústrias responsáveis pelo o beneficiamento e a transformação dessas matérias primas em produtos de boa qualidade, que abastecerão o mercado local.

A implantação da agroindústria de leite e derivados do município de Feijó - laticínio Nutril - trouxe um conjunto de benefícios sociais e econômicos tanto para os consumidores como para os pecuaristas, como: geração de empregos dentro do laticínio e nas fazendas, onde ambas precisavam de mão-de-obra para uma maior eficiência na produção do leite, gerando emprego e renda, no campo e na cidade. Foram feitos financiamentos para compra de animais e novas tecnologias destinadas a produção de leite e derivados para que cheguem ao mercado produtos de boa qualidade e com preços bem mais acessíveis à população.

A hipótese da presente pesquisa consiste no entendimento de que a implantação

da agroindústria de laticínios é fundamental para a consolidação da bacia leiteira no município de Feijó-AC, trazendo benefícios a toda comunidade envolvida, desde o processo de produção até a comercialização final do produto, tendo em vista que há uma demanda garantida ao produtor.

Assim, apresenta-se no presente trabalho um diagnóstico do desenvolvimento da pecuária leiteira e a criação da agroindústria de leite e derivados do município de Feijó, além disso, abrirá discussões sobre melhorias para a atividade citada, que servirá tanto para os produtores de leite como também a proprietários de laticínios, assim, encaminhando políticas que ampliem sua produtividade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e bem estar social.

2 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA

A Amazônia brasileira é uma região diferenciada das demais regiões do país, e quando se trata de seu desenvolvimento devem-se levar em consideração suas particularidades: de um lado, encontra-se uma rica biodiversidade, com uma reconhecida contribuição para a regulação dos ciclos hídricos regionais e as mudanças climáticas e do outro, o desafio de manejar de forma sustentável o capital natural dessa região, destinando os atributos regionais de maneira a assegurar o crescimento do emprego e da economia e consequentes melhorias na qualidade de vida de sua população, além de contribuir na diminuição da intensificação do desmatamento (SCHORODER, 2010).

Segundo Maciel (2007, p. 7) “no final dos anos 60 e início dos anos 70, a Amazônia Ocidental, mais especificamente o Acre, passou por profundas transformações econômicas, que modificaram as relações sociais existentes, levando à desestruturação da atividade extrativista”.

Conforme Filho (1995), o extrativismo vegetal na região Amazônica sofreu um grande golpe no fim da década de 60 e no início dos anos 70. Nesse contexto o extrativismo era responsável pela sobrevivência da maioria dos povos na Amazônia, em especial do estado do Acre, mas infelizmente o extrativismo não fazia parte do interesse do governo militar que tinha tomado o poder em 1964.

Com a emergente inviabilidade do extrativismo vegetal, o governo federal elaborou um plano de desenvolvimento da Amazônia a partir de 1972, que tinha como interesse promover o progresso de novas áreas que eram ocupadas por índios e grupos tradicionais da região. O governo cortou os incentivos aos seringalistas produtores de borracha, que tinha como intenção fazer com que os seringalistas falissem e vendessem suas terras para que essas virassem fazendas de gado (SOUZA, 2002).

De acordo com Maciel (2007), as políticas governamentais implantadas na região Amazônica tiveram um papel bastante importante no processo de transição do extrativismo vegetal para a pecuária.

Diante disso “os militares instalados no Brasil a partir de 1964, facilitaram a entrada de grandes empresários estrangeiros e brasileiros na região amazônica, que ocuparam terras indígenas e de posseiros para montar suas fazendas” (SOUZA, 2002, p. 98).

“Na década de 70, o Acre tornou-se paraíso de grandes e médios criadores de gado. Para os seringueiros e índios a vida tornou-se um “inferno”, pois suas terras passaram a ser invadidas por pessoas que eles não conheciam”. (SOUZA, 2002, p.99).

De acordo com Guanzirolí et al. (2009) a prevalência da produção familiar como base principal da produção agrícola, pode se explicar em primeiro lugar, pela a sua capacidade de incorporar progresso técnico e de responder às demandas do setor urbano-industrial.

“A viabilidade de a agricultura familiar absorver progresso tecnológico tem origem nas especificidades naturais do setor agrícola, as quais condicionam sua evolução tecnológica” (GUANZIROLI et al., 2009, p. 20).

Guimarães (1982) sintetiza que no passado foi a revolução na agricultura que desencadeou a revolução industrial, principalmente através da criação de mercados de consumo de produtos manufaturados que absorvia parte dos capitais essenciais às empresas que se constituíam nas cidades. No presente, é o crescimento e desenvolvimento das indústrias que impulsiona e direciona agricultura para onde ela poderá progredir.

Conforme Paterniani (2001) os avanços tecnológicos vem contribuindo de modo significativo na agricultura, além de gerar um aumento na produtividade de alimentos, contribui também para diminuição dos danos causados ao meio ambiente. Haja vista que, técnicas modernas estão aumentando a produtividade e paralelo a isso melhorando a fertilidade do solo.

De acordo com essa concepção, Santos (2001) coloca que a geração de empregos e renda não se resume apenas na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar, ela também proporciona melhorias nas condições de vida de um grande contingente de assalariados agrícolas.

A agricultura diferencia-se das demais atividades não-agrícolas por causa de seu sincronismo. O progresso da agricultura acompanha em suas características mais gerais a linha evolutiva da economia global, assim como da economia industrial. (GUIMARÃES, 1982).

Segundo Guimarães (1982), durante a revolução agrícola houve várias consequências positivas, dentre elas, podemos citar em primeiro lugar, o aumento significativo da produtividade e da rentabilidade da agricultura e, em segundo lugar um aumento geral de acumulação de capitais nesse setor da sociedade.

“A transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura”. (NAVARRO, 2001, p.84).

O aumento da produtividade agrícola teria necessariamente de ser seguido de um aumento na demanda de bens produção e de um aumento no consumo de todos os bens, no mercado que ia formando-se com o deslocamento da mão-de-obra para os centros urbanos (GUIMARÃES, 1982, p.37).

Segundo Napoleoni (1998, p.23 apud SOUZA, N., 2008), “o aumento da produção agropecuária e sua produtividade, aumentariam o excedente a ser destinada ao desenvolvimento do resto da economia, onde atuava a classe estéril”.

Desse modo Paterniani (2001) enfatiza que as modernas técnicas utilizadas na agricultura vêm fazendo com que haja um aumento significativo na produtividade, e ao mesmo tempo contribuindo para proteção do meio ambiente e tornando o solo mais fértil, para que as gerações futuras possam utilizar esse mesmo solo com igual potencial produtivo, e se possível melhorado.

“Os novos programas de defesa da economia agrícola exigem não só maiores subsídios diretos e indiretos, como também a introdução de inovações institucionais. No Brasil, começam a aparecer organizações de pequenos e médios produtores agrícolas” (GUIMARÃES, 1982, p. 51).

Em regra, nos países capitalistas desenvolvidos ou subdesenvolvidos, quanto mais a agricultura se industrializa, tanto mais seus custos de produção por hectare se elevam mais altos ficam os preços da terra e dos arrendamentos. Por sua vez, a valorização das terras exige maiores investimentos de capitais fixos e circulares, o que ainda mais vai elevar os custos de produção (GUIMARÃES, 1982, p.56).

Segundo Guanziroli (2009, p.28) “apesar das diferenças radicais de visão do processo de modernização da agricultura brasileira, essa análise têm em comum a mesma percepção estratégica da agricultura e, dentro dela, dos setores da grande produção no processo de desenvolvimento”.

À medida que as atividades urbanas vão-se tornando complexas, dinamizando o circuito empresas-famílias-mercado urbano, e que as firmas exportadoras vão exercendo efeitos multiplicadores sobre o setor de mercado interno, setor urbano-industrial demanda mão-de-obra, matérias primas e alimentos do setor agrícola. Essa função da agricultura no processo de desenvolvimento demonstra a existência de uma falsa dicotomia entre o desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial. Observa-se pelo o contrario, que existem interdependências muito forte entre os dois setores, que se intensificam à medida que as estruturas vão-se diversificando (SOUZA, N., 2008, p. 211).

Santos (2001) define que para que haja um desenvolvimento da agricultura familiar é necessário que existam políticas publicas abrangentes que de oportunidade igual, para que todos tenham direito a terra, pois sem terra ou com terra insuficiente fica difícil garanti o desenvolvimento. A Política de redistribuição se torna ainda mais necessária nas regiões com maior concentração fundiária.

O maior desafio do País é iniciar a construção dessa prosperidade multiplicadora de novos empreendimentos e que simultaneamente conserve a estabilidade e ponha fim às práticas de exploração predatória dos imensos recursos naturais.

[...] Por isso, a possibilidade de acelerar mudanças dependerá, antes de tudo, da capacidade que terão os próximos governos em transformar suas agendas de modernização em fatos concretos que afetem a qualidade de vida no dia a dia das pessoas. No futuro próximo, quaisquer que sejam essas agendas de modernização, elas não poderão deixar de estar centradas no combate a dois males que não caminham juntos: a pobreza e a desigualdade. (VEIGA, 2002, p. 5)

Diante do exposto anteriormente, Souza (2008) acrescenta que o Governo se faz necessário para que a agricultura tenha um papel mais efetivo no desenvolvimento econômico.

Conforme Souza (2008), para diminuir a pobreza na zona rural não é suficiente apenas redistribuir terras e assentar produtores rurais, é necessário tomar medidas complementares que façam a diferença, como crédito, extensão rural e investimentos em infraestrutura, para que o produtor possa produzir com eficiência. O aumento da produtividade agrícola diminui o êxodo rural, diminuindo a pobreza absoluta.

Guimarães (1982) enfatiza que foi através da revolução agrícola que se abriu caminho e desencadeou a revolução industrial, formando mercados para o consumo das manufaturas, suprindo parte dos capitais necessários às empresas. No presente, é o desenvolvimento industrial que estimula e aciona o desenvolvimento agrícola, que dita à agricultura as regras segundo as quais ela poderá progredir, e até onde a agricultura poderá desenvolver.

Conforme Souza (2008), no processo de industrialização e urbanização, a quantidade insuficiente de alimentos eleva o custo de vida e a taxa de salários, reduzindo a taxa de lucro e a acumulação de capital, já uma maior oferta de alimentos industrializados gera simultaneamente um aumento na produção da indústria e do setor agropecuário favorecendo o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda e conseqüentemente um bem-estar social.

Diante do exposto acima Pelegrini e Gazolla (2009, p. 374) acrescenta: “a agroindústria cumpre um papel social importantíssimo, qual seja, o de manter o homem no espaço rural trabalhando, produzindo alimentos e vivendo com sua família”.

De acordo com (GOODMAM, SORJ e WILKINSON, 1985) a agroindústria constitui-se na apropriação daqueles aspectos do processo do trabalho agrícola que são especificamente industriais. Pelo contrário a agroindústria mescla diferentes capitais em constante mudança e expressa um esforço contínuo no sentido de transformar a agricultura num processo industrial.

Portanto Guimarães (1982) destaca que a agricultura deixou de ser por força da industrialização um setor isolado da economia de qualquer país e se tornou parte integrante de um conjunto e atividades inter-relacionadas, tornando-se parte de um complexo agroindustrial.

Conforme Guimarães, (1982) a transformação da agricultura em uma atividade integrada pela a indústria, atravessou duas fases, a partir da década de 40, onde a primeira, inicia-se com a criação de um mercado nacional de insumos modernos e a

segunda com a instalação das indústrias aptas a fazer a transformação de insumos aqui mesmo no país.

Pelegrini e Gazolla (2009) afirmam que a agroindústria familiar tem um papel muito importante para a reprodução social das famílias rurais, principalmente do ponto de vista econômico, social e produtivo. Do lado econômico e produtivo esta atividade é sinônima de geração de divisas, rendas para a localidade e para os produtores.

A agroindústria familiar rural como uma forma organizada em que a família produz, processa e transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha dos agricultores, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico (PELEGRINI, GAZOLLA, 2009, p.345).

Segundo Veiga (2002), o maior desafio do Brasil é iniciar a uma política de criação de novos empreendimentos que sejam estáveis e ponha fim às práticas predatórias dos recursos naturais, além da implantação de novas tecnologias destinadas ao aumento da produção de alimentos, tentando assim erradicar a pobreza e as desigualdades sociais, visando contribuir para o desenvolvimento da economia nacional.

3 | METODOLOGIA

3.1 Caracterização do Objeto de Estudo

O Acre apresenta uma população de 733.559 pessoas, com uma densidade demográfica de 4,47 (hab./km²), de maneira que, 532.279 pessoas residem na zona urbana e 201.280 pessoas residem na zona rural. A distribuição da população por sexo é equilibrada, uma vez que os homens correspondem a 368.324 e as mulheres a 365.235. A cidade mais populosa do estado é a capital, Rio Branco, que conta com 336.038 habitantes, sua área é de 8.835.675 km², e com a densidade demográfica de 38,03 habitantes por km². (IBGE, 2010).

Localizado na mesorregião do vale do Juruá e fazendo parte da microrregião Tarauacá-Envira, o município de Feijó possui uma área de 27.975 km², o que o torna o maior município em extensão territorial do Estado. Feijó encontra-se na região central do Estado do Acre e a 360 km da capital Rio Branco (ACRE, 2009).

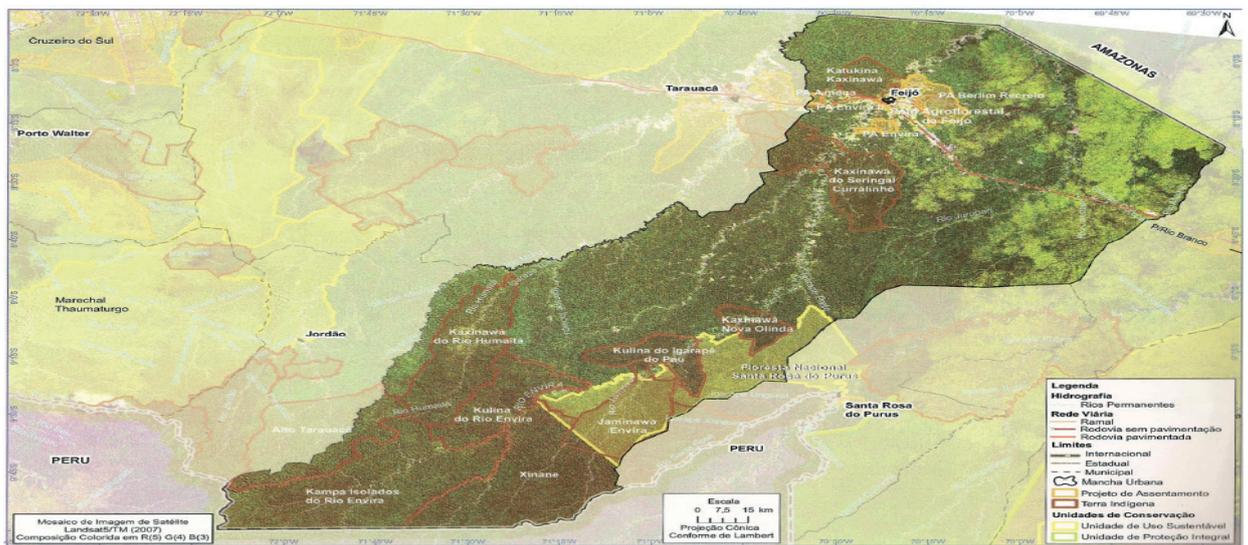


Figura 2 – Localização do Município de Feijó.

Fonte: IBGE (2009).

O município de Feijó possui uma população residente de 32.412 habitantes, com densidade demográfica de 1,16 (hab./km²), se tornando assim a quinta maior população do Acre, sendo que, 16.633 residem na zona urbana e 15.776 fazem parte da zona rural. (IBGE, 2010)

A produção agrícola ainda apresenta baixa produtividade, devido aos problemas enfrentados pelos agricultores com relação à infraestrutura da região, principalmente no que diz respeito ao escoamento da produção.

A pecuária no município, ainda é considerada do tipo extensiva por causa da abundância de grandes áreas de terras. Outra característica da pecuária do município de Feijó é a presença de grandes, pequenos e médios produtores, que ultimamente vêm investindo na melhoria do rebanho, cumprindo fielmente as determinações do Instituto de Defesa Agroflorestal (IDAF) no controle de doenças, como a febre Aftosa e o Carbúnculo (IDAF, 2011).

A produção de leite no município de Feijó é uma atividade bastante desenvolvida, chegando a contribuir com uma produção significativa para abastecimento local, mesmo no período da entressafra. O leite produzido é direcionado ao único laticínio existente no município, onde o mesmo passa pelo processo de pasteurização e vendido no comércio local (PENHA, 2005).

O município de Feijó contar com a agroindústria de leite e derivados (Laticínio Nutril), tendo o leite como matéria-prima principal, estando no mercado desde 1999, a mesma esta localizada na Avenida Marechal Deodoro, centro e tem como proprietária a senhora Aparecida Pecorário Clemente.

3.2 Coleta de Dados

Para realizar o seguinte estudo trabalhou-se inicialmente com informações coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), na Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), assim como os dados da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEPROF), Instituto de Defesa Agroflorestal (IDAF), além da coleta de dados no Laticínio Nutril. A metodologia do presente trabalho faz uso de alguns indicadores de eficiência técnica e econômica desenvolvidos pelo Projeto de Pesquisa “Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural do Estado do Acre” (ASPF, 2014), dirigido pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

Procurou-se, no entanto, evidenciar principalmente a importância da produção de leite e derivados, buscando avaliar a eficiência técnica e econômica dessa atividade, partindo de indicadores referentes à Renda Bruta, índice de eficiência econômica, Renda Líquida, Valor Presente Líquido, Taxa interna de Retorno e o Custo Benefício.

Para a avaliação econômica da agroindústria de leite e derivados (Laticínio Nutril), foram feitas entrevistas com o administrador e proprietário, através do preenchimento de planilhas eletrônicas, os dados foram processados.

3.3 Análise dos dados

As medidas de resultados econômicos são índices que, dados os custos de produção, nos permitem medir o desempenho econômico de um sistema de produção. Desse modo, os indicadores econômicos utilizados neste trabalho para avaliar a eficiência econômica da agroindústria de leite e derivados no município de Feijó são descritos a seguir, estando de acordo com o trabalho apresentado por Maciel (2010).

1. Renda Bruta (RB) - indicador de escala de produção.

$$RB = \sum_{i=1}^n Q_i * P_i$$

Sendo:

RB = renda bruta.

Q = quantidade do produto comercializada no mercado.

P = preço unitário ao produtor.

i = produto comercializado no mercado (i = 1, 2, .. , n).

2. A depreciação de acordo com (TUNG, 1990) é dada pela formula:

$$D = (VI-VF)/N$$

(VI-VF)= valor depreciável

N= vida útil em anos

3. Lucro Operacional constitui a diferença entre a renda bruta (RB) e o custo operacional total (COT). Desse modo, tem-se: L.O = RB-COT.

RB= renda bruta

COT= custo operacional total

4. Índice de lucratividade: esse indicador mostra a relação entre o lucro operacional (LO) e a renda bruta (RB). Em percentagem

$$\text{Então: IL} = (\text{LO}/\text{RB}) * 100$$

LO = lucro operacional

RB= renda bruta

5. PrE = COT/preço por litro

COT= custo operacional total

Preço pago por litro de leite industrializado

6. Preço de equilíbrio

PE=COT/produção

COT= custo operacional total

7. Índice de Eficiência Econômica IEE

Sendo:

RB = Renda Bruta

CT = Custo Total

IEE > 1, a situação é de lucro.

IEE < 1, a situação é de prejuízo.

IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

8. Renda Líquida (RL) A renda líquida é dada pela seguinte fórmula: RL = RB – DE

RB= renda bruta

DE= despesas efetivas

9. O Valor Presente Líquido (VPL) é calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{VPL} = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t}$$

10. A taxa Interna de Retorno (TIR), é obtida resolvendo-se a equação 1 para o valor de k que torne o VPL igual a zero (BUARQUE, 1994). Para encontrar o valor da taxa interna de retorno, basta calcular a taxa que satisfaz a seguinte equação.

$$\text{VPL} = 0 = \text{Investimento Inicial} + \sum_{t=1}^N \frac{F_t}{(1+TIR)^t}$$

11. Custo Benefício (B/C) Para tanto, este indicador é descrito como:

$$B/C = \frac{\sum \text{VALOR PRESENTE DAS ENTRADAS DE CAIXA}}{\sum \text{VALOR PRESENTE DAS SAIDAS DE CAIXA}}$$

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil vem expandido e aumentado sua capacidade de produção de leite de gado bovino, e segundo a EMBRAPA (2009), o Brasil é o quinto maior produtor de leite do mundo, produzindo atualmente um total de cerca de 30 bilhões de litros anual, superando as antigas potências como Alemanha e França. Atualmente o maior produtor de leite do país é o Estado de Minas Gerais, que produziu, no ano de 2010, a quantidade de 8.023.295 mil litros, totalizando 27% de toda produção de leite nacional.

O mercado de leite e derivados vem se expandindo em todo o território nacional, principalmente nos estados do sul e sudeste, além do Mato Grosso, na Região Centro Oeste, Rondônia e Pará, na Região Norte.

No estado do Acre, a produção leite, segundo o Censo Agropecuário 2006, totalizou-se 42.595 milhões litros de leite e representa 3% de todo o leite produzido na Região Norte. Desse modo, de acordo com a Tabela 1, a produção média por mês de leite industrializado no Acre alcançou os 817, 600 (mil litros).

Segundo o IBGE (2010), o município de Feijó produz anualmente 1.395 (um milhão trezentos e noventa e cinco) litros de leite, desse total 422.142 litros são industrializados pela a agroindústria local, contribuindo com uma média mensal de produção de 36.853 mil litros, totalizando 4,5% de todo o leite industrializado por mês no Estado.

Período		Acre	Brasil
Mês	Ano	(1000 litros)	(1000 litros)
Julho	2010	728	1.744.324
Agosto	2010	615	1.751.384
Setembro	2010	685	1.675.358
Outubro	2010	910	1.757.217
Novembro	2010	973	1.853.240
Dezembro	2010	995	1.956.849
Janeiro	2011	924	1.974.206
Fevereiro	2011	808	1.725.635
Março	2011	852	1.767.613
Abril	2011	727	1.647.207
Maiο	2011	824	1.693.179
Junho	2011	873	1.663.270

Tabela 1 – Quantidade de leite produzido e industrializado em (mil litros) no estado do Acre e no Brasil entre Julho/2010 e Junho/2011.

Fonte: SIDRA-IBGE (2010).

Com base nos dados da Tabela 1, percebe-se que a produção de leite no Estado do Acre no mês de Junho de 2011 teve um crescimento de 19,9% em relação ao mês de Julho de 2010. Enquanto isso, a produção do país teve uma redução de 4,7% entre o mesmo período analisado. Essa evolução da produção de leite no estado do Acre demonstra que há uma expectativa quanto ao aumento da produtividade na região, sendo comprovadamente observada pelos dados coletados mensalmente pelo o SIDRA nos estabelecimentos de coleta e industrialização de leite.

Observa-se na figura abaixo a oferta de leite no período de um ano, observando os meses safra e entre safra, onde temos no mês de novembro a maior produção, que chega a 51 mil litros de leite. No período de sazonalidade a quantidade de oferta de leite chega a ter uma queda de 30% em relação aos meses de safra.

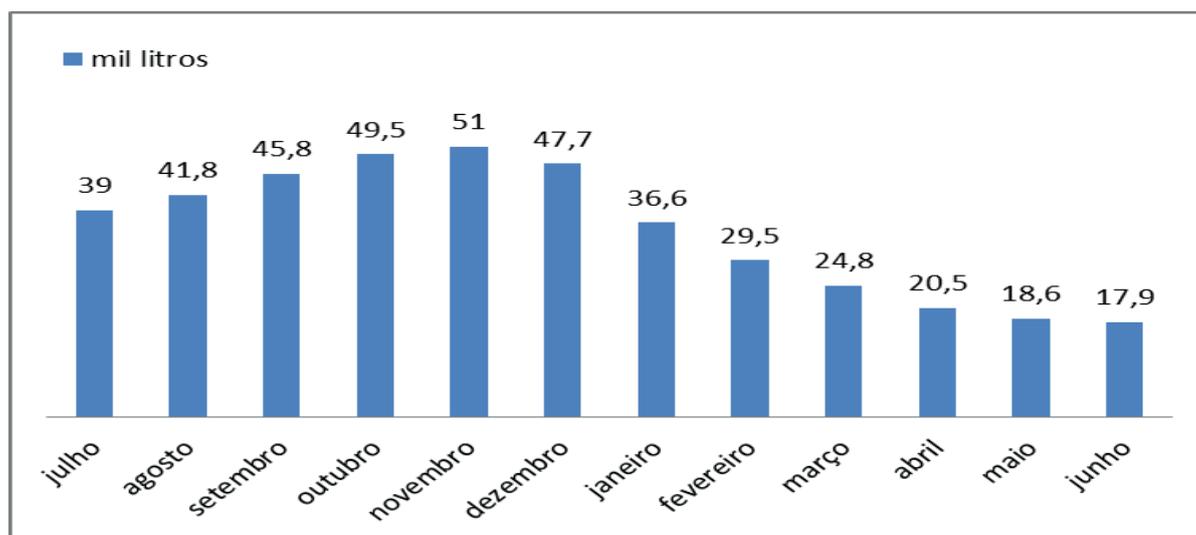


Figura 2 – Quantidade de leite industrializado no período de Julho de 2010 a Junho de 2011 no município de Feijó-AC.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Percebe-se na Figura 2 que o período entre os meses de julho e dezembro há uma maior oferta de leite à agroindústria, considerando esse o período de safra da região, explicado pelos fatores naturais como o clima, observando que nos períodos de verão há uma maior taxa de natalidade e uma menor taxa de mortalidade de bezerros, ou seja, mais matrizes no período de lactação, além da facilidade de escoamento da produção com abertura dos ramais.

De acordo com a Figura 1, o período entre os meses de janeiro e junho, época de maior incidência de chuva na região, contribui para uma queda significativa na oferta de leite, chegando a 70% em relação ao mês de novembro. É possível perceber que o mês novembro contribui com a maior a oferta de leite in natura durante o ano, que chega a 51.000 litros produzidos e o mês de junho a menor quantidade de produção, 17.900 mil litros.

Mês	Ano	Quantidade	Produção de Leite 80%	Produção de Queijo 14%	Produção de Iogurte 6%	Produção de manteiga*
Julho	2010	39.000 l	31.200 l	5.460 l	2340 l	
Agosto	2010	41.800 l	33.440 l	5.852 l	2508 l	
Setembro	2010	45.852 l	36.681 l	6.354,28 l	2751,12 l	
Outubro	2010	49.530 l	39.624 l	6.934,20 l	2971,80 l	
Novembro	2010	51.000 l	40.800 l	7.140 l	3060 l	
Dezembro	2010	47.730 l	38.184 l	6.682,20 l	2863,80 l	
Janeiro	2011	36.630 l	29.304 l	5.128,20 l	2197,80 l	
Fevereiro	2011	29.450 l	23.560 l	4.123 l	1767 l	
Março	2011	24.750 l	19.800 l	3.465 l	1485 l	
Abril	2011	20.400 l	16.320 l	2.856 l	1224 l	
Mai	2011	18.060 l	14.880 l	2.528,40 l	1083,60 l	
Junho	2011	17.940 l	14.352 l	2.511,60 l	1076,40 l	
Total de litros		422.142 l	338.145 l	59.034 l	24.963 l	
Produção (litros)			338.145 l	5.600 kg	147.000 un.	1.260 kg
Receitas (R\$)**			631.632,68	97.630,70	79.237,78	15.690,65
Receita Bruta (R\$)**						R\$ 824.191,81

Tabela 2 - Quantidade de mensal de leite destinado à produção no período de Julho de 2010 Junho de 2011, mil litros Fonte: Resultado da pesquisa.

* Não há leite destinado para a produção de manteiga, pois a manteiga é produzida da gordura do leite que é pasteurizado.

** Valores atualizados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) até fev/2015.

Na Tabela 2, identifica-se o total de leite industrializado no decorrer do mês de julho de 2010 ao mês de junho de 2011, que corresponde 422.142 litros de leite in natura, tendo um custo anual com matéria prima a quantia de R\$ 436.321,91, e através do processo de industrialização obteve-se uma receita bruta anual correspondente a R\$ 824.191,81.

Além disso, observa-se ainda o percentual de leite destinado à produção de cada produto, e receita que cada um deles representa na receita total anual da agroindústria.

- 80% do leite in natura são destinados à produção de leite pasteurizado;
- 14% são destinados à produção de queijos;
- 6% destinam-se a produção de iogurtes

Na figura 1 - podemos observa a embaladora eletrônica que tem a capacidade de embalar de 2000 mil (litros/hora) de leite, sendo necessário um funcionário para manusear e para transportar o leite para armazenamento onde logo em seguida serão entregues ao comercio do município com preço de atacado de R\$ 1,50 o litro, onde os vendem ao consumidor a preço de varejo de R\$ 2,00 o litro de leite pasteurizado.

Pode se ressaltar ainda que a comercialização dos produtos não é feita apenas

no comércio local, nos meses de safra o produto também é vendido nas cidades de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. A agroindústria de leite e derivados se restringe em alguns meses do ano por causa da sazonalidade da matéria-prima, tendo uma queda de 70% se fizermos uma relação entre a produção de novembro 2010 e a produção de junho de 2011.

Nos meses de safra que vai de Julho a Dezembro há um aumento de 30% na produtividade de leite in natura em relação aos meses de entre safra que vai de Janeiro a Junho.

A agroindústria de leite e derivados é operacional o ano inteiro, funcionando normalmente de segunda a domingo, e assim foi calculado o seu custo anual de produção que teve como resultado um Custo Operacional Total de R\$ 547.374,52.

Item	Médio (R\$)*
A – Insumos	
Matéria-prima ¹	436.321,91
Energia Elétrica ³	26.524,67
Embalagens e rótulos	29.874,50
Combustível	5.080,78
B-Serviço	
Mão-de-Obra ²	61.618,49
Responsável Técnico	16.288,39
Material de limpeza	4.781,91
Custo Operacional Efetivo (COE)	580.490,64
Depreciação	37.295,18
Juros de Custeio (6%/ ao ano)	34.829,44
Imprevistos (5% d coe)	29.024,54
Custo Operacional Total (COT)	681.639,80

Tabela 3 - Custo Operacional anual de leite e derivados de Julho 2010 a Junho 2011.

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Notas: 1- Gasto com a compra de todo o leite in-natura entregue no laticínio Nutril ao ano a preço de 0,83 centavos o litro.

2-Remuneração (piso salarial) mais encargos trabalhistas para 05 funcionários no período de 12 meses.

3- Gasto com energia elétrica em um ano de funcionamento onde são pasteurizados e transformados em derivados 422 142 mil litros de leite.

* Valores atualizados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) até fev/2015.

Produção	Coeficiente Técnico	Preço Unitário*	Receitas (R\$)*
Leite	338.145 l	1,87	631.632,68
Queijo	5.600 Kg	17,43	97.630,70
logurte saco	119.000 un.	0,46	54.830,10
Manteiga	1.260 kg	12,45	15.690,65
logurte pote	28.000 un.	0,87	24.407,68
Renda Bruta			824.191,81
Custo Operacional Total			681.639,80

Lucro Operacional		142.552,01
RB (Receita Bruta)*	824.191,81	824.191,81
RL (Renda Líquida)*	313.012,88	142.552,01
IEE	1,21	
IL (%)	21,82%	
PrE (litros)	364.416,35	
PE (R\$)*	1,61	

Tabela 4 – Coeficientes técnicos da agroindústria de leite e derivados, de julho de 2010 a junho de 2011.

Fonte: Resultado da Pesquisa.

* Valores atualizados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) até fev/2015.

De acordo com a Tabela 4, o valor do leite pasteurizado no atacado é de R\$ 1,61, onde a receita bruta obtida com a pasteurização de 422.142 mil litros anual é de R\$ 824.191,81 e tem como lucro operacional a quantia de R\$ 142.552,01. Considerando o preço médio do litro de leite (R\$ 1,87), o kg do queijo (R\$ 17,43), a unidade do iogurte saco (R\$ 0,46) e do iogurte pote (R\$ 0,87) e o kg da manteiga de (R\$ 12,45). Apresenta-se nesta tabela um índice de lucratividade (IL) que é de 21,82% ao ano, bem a cima da taxa Selic anual que foi de 11% no ano de 2011, garantindo assim uma maior lucratividade ao produtor, e o preço de equilíbrio que corresponde a R\$ 1,61 além do índice de eficiência econômica (IEE) que representa 1,21, ou seja, para cada real investido há uma lucratividade de R\$ 1,21.

Através dos dados coletados observou-se que durante um ano de funcionamento a agroindústria transforma 422.142 mil litros de leite em leite pasteurizados e derivados. Tendo como custo operacional total a quantia de R\$ 681.639,80 e uma renda bruta no valor de R\$ 824.191,81.

O diagnóstico econômico apresenta o preço de equilíbrio a R\$ 1,29 e indica que a agroindústria apresenta uma renda líquida de R\$ 313.012,88 anual e um índice de lucratividade de em média 21,82% a.a e um índice de eficiência econômica de 1.21 apresentado lucratividade do negócio.

Ano	Custos Totais	Receitas	Fluxo de Caixa	VPL	PAYBACK S	PAYBACK D
0	R\$ 511.178,93	R\$ 0,00	-R\$ 511.178,93	- R \$ 511.178,93	-R\$ 511.178,93	-R\$ 511.178,93
1	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 161.887,65	R\$ 129.510,12	-R\$ 349.291,28	-R\$ 381.668,81
2	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 91.233,29	-R\$ 206.739,27	-R\$ 290.435,52
3	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 72.986,64	-R\$ 64.187,26	-R\$ 217.448,90
4	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 58.389,30	R\$ 78.364,75	-R\$ 159.059,58
5	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 46.711,45	R\$ 220.916,77	-R\$ 112.348,15
6	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 37.369,15	R\$ 363.468,78	-R\$ 74.978,99
7	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 29.895,32	R\$ 506.020,79	-R\$ 45.083,67
8	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 23.916,26	R\$ 648.572,80	-R\$ 21.167,41
9	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 19.133,00	R\$ 791.124,81	-R\$ 2.034,40

10	R\$ 681.639,80	R\$ 824.191,81	R\$ 142.552,01	R\$ 15.306,40	R\$ 933.676,82	R\$ 13.272,01
TOTAL	6.816.397,97	8.241.918,09	1.444.855,75	13.272,01	4,30	8,37
TIR	25,87%					
Taxa	6%					
IL	2,09					
Lucratividade	108,82%					
C/B	1,21					

Tabela 5 – Demonstração da Rentabilidade do Investimento da Agroindústria de Leite e derivados do Município de Feijó Ac.

Fonte: Resultado da pesquisa.

* Valores atualizados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) até fev/2015.

Através das análises dos dados da Tabela 5, observaram-se a rentabilidade da agroindústria de leite e derivados num período de 10 anos de funcionamento, obtendo-se assim um faturamento nesse período de R\$ 8.241.918,09, com um custo operacional total no decorrer do período no valor de R\$ 6.816.397,97 e um expectativa de lucro anual de R\$ 1.444.855,75.

Percebe-se ainda que a partir do terceiro para o quarto ano a agroindústria já começa a recuperar os investimentos iniciais que foi de R\$ R\$ 511.178,93, vale ressaltar ainda que a agroindústria de leite e derivados já estar no mercado há 12 anos, portanto podemos concluir que já houver o retorno do capital investido. A agroindústria apresenta o valor presente líquido no final do período avaliado de R\$ 13.272,01, valor esse que representa a viabilidade no negocio.

5 | CONCLUSÕES

O estudo realizado teve como objetivo fazer uma análise da cadeia produtiva de leite do município de Feijó, tendo como base para a elaboração do trabalho os dados coletados na agroindústria de leite e derivados (Laticínio Nutril).

A pesquisa confirma a hipótese de que a implantação da agroindústria de leite e derivados, bem como o seu efetivo funcionamento é benéfica para a consolidação da cadeia produtiva leiteira, trazendo assim benefícios para a economia do município, haja vista que há uma total garantia de compra do leite in natura produzido no município.

De fato que, a garantia de toda compra do leite ofertado contribui de modo significativo para a geração de emprego e renda, tanto na zona rural, como no município, além de contribuir com a diminuição do êxodo rural, fazendo com que essas famílias permaneçam em suas localidades.

É importante salientar que o comercio local e capaz de absorver toda oferta de leite e derivados e não há perca por parte dos revendedores, pois à medida que os produtos se aproximam de sua data de validade o laticínio se encarrega de substitui

por produtos novos, garantindo assim uma total lucratividade.

Dentre outros motivos, o lado social é um fator que não pode se esquecer, onde a população local conta com uma maior variedade de produtos ofertados produzidos no município e com preços bem mais acessíveis, haja vista que, o consumo do leite in natura pode ser prejudicial ao consumo humano. Todos esses fatores contribuem para que haja uma crescente demanda da população local e de outros municípios vizinhos por esses produtos. Levando-se em conta que os produtos derivados de leite de outras regiões do país, chegam ao comércio local com preços bem mais altos, levando a população a optar na maioria das vezes pelos produtos locais.

Ainda convém lembrar que através da pesquisa realizado, percebe-se ainda a grande falta de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da modalidade em questão. Além da falta de experiência dos produtores de leite, que na maioria dos casos não procuram ampliar sua produção, através da busca por melhorias por meio de apoio técnico e financeiro, para que haja um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Faz-se necessário destacar que melhorias na produção contribuem diretamente na qualidade do produto e na agregação de valor, dessa forma torna-se indispensável que o governo e os produtores rurais tenham plena consciência de seu papel na contribuição para desenvolvimento e consolidação da pecuária leiteira do município.

REFERÊNCIAS

ASPF - Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado Acre. 2014. Available in: <<http://aspf.wordpress.com>>. (Projeto de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da UFAC). 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ANDRADE, Carlos Maurício Soares de “Transferência de tecnologias para viabilizar a pecuária leiteira na regional do Alto Acre”. (20/03/2009). Disponível<HTTP. www.cpaufac.embrapa.br>. Acesso em: 19 de jun. 2011

COUTINHO, Rafael. Ciclo da borracha no Amazonas. Disponível em: <<http://www.culturamix.com/meio-ambiente/ciclo-da-borracha-no-amazonas/>>. Acesso em: em 11 de mai. 2011

COSTA, Joane Regis. TAPIA, Sandra Célia. Avanços Rumo à Sustentabilidade Rural na Amazônia Brasileira. Disponível em <<http://www.portalces.org/index.php/>>. Acesso em: 11 de mai. 2011.

D.E. GOODMAM, B. SORJ e J. WILKINSON. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recente sobre a agricultura Brasileira. Revista de economia política, vol. 5, nº 04, outubro-dezembro / 1985.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. Reserva Extrativista: Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. Universidade Federal de Minas Gerais-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-CEDEPLAR. Tese de Mestrado.Belo Horizonte-1995. p.7

- GUANZIROLI et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise agrária. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, Rio de Janeiro -1982.
- MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. “Certificado Ambiental: Uma estratégia para Conservação da Floresta Amazônica”. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Tese de Doutorado. Campinas – 2007.
- MARQUES, José. “Melhoramento Genético em Pequenas Propriedades Leiteiras do Acre” (03/08/2009) (17/05/2011). Disponível em: <[HTTP://www.embrapaac.gov.br/](http://www.embrapaac.gov.br/)>. Acesso em: 16 de nov. 2011
- MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. (coord.) Diagnóstico socioeconômico dos sistemas básicos de produção familiar do estado do Acre (ASPF) – período 1996/2006. Rio Branco, Acre, Brasil: EDUFAC, 2010.
- NAVARRO, Zande. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos avançados, 2001 p.84.
- PATERNIANE, Ernesto. Agricultura Sustentável nos Trópicos – Os Países em Desenvolvimento têm duas opções: a ciência ou a miséria. 2001. p.303 e 304.
- PELEGRINE, Gelson e GAZOLLA, Marcio. A Agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2,2009:p.332-378.
- SOUSA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. - 5. ed.-3 reimpr.- São Paulo: Atlas, 2008.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História do Acre: novos temas, nova abordagem. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Sousa, 2002.
- SANTOS, Manoel Jose dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável / Manoel Jose dos Santos ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999
- SCHRODER, Mônica. Desenvolvimento Rural, Meio ambiente e políticas públicas: Os caminhos do fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira. Disponível em:<[HTTP.www.periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/170](http://www.periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/170)>. Acesso em: 11 de mai. 2011
- TUNG, W.H. Planejamento e controle financeiro das empresas agropecuárias. São Paulo: Edições Universidades-Empresas, 1990, p.356
- VEIGA, José Eli da. Do Crescimento Agrícola ao Desenvolvimento Rural. In Desenvolvimento em Debate (vol. II), org. Ana Célia Castro, Rio de Janeiro. 2002, pp.383-409.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-132-9

